

CAPA

# A bomba não foi desarmada

A SISTEMÁTICA ATUAL SÓ COMPORTA REMENDOS, ENQUANTO A POLÍTICA ANTERIOR DE REAJUSTES ERA MUITO MAIS INTELIGENTE, DIZ O ECONOMISTA JOSÉ RUAS

de CARLOS DRUMMOND

**U**m governo razoavelmente lúcido não poderia jamais permitir um canal de transmissão inflacionária tão óbvio quanto a dolarização dos preços dos derivados, critica o economista José Augusto Gaspar Ruas, estudioso do setor de petróleo e gás há cerca de 20 anos e autor de trabalhos, consultorias, pesquisas e tese sobre o tema. Doutor em Economia pela **Unicamp** e professor e coordenador adjunto do curso de Economia na Facamp, Ruas concedeu a entrevista a seguir.

**CartaCapital:** Como analisa as medidas tomadas diante da elevação dos preços dos combustíveis e o movimento dos caminhoneiros?

**José Ruas:** Não visaram corrigir os problemas na política de preços de combustíveis da Petrobras, mas só evitar que o caos logístico levasse a uma desorganização política ainda maior. Em breve o problema ressurgirá, porque a lógica

anterior permanece, com incertezas adicionais do ponto de vista fiscal, além do cenário de preços de petróleo e dos movimentos internacionais de valorização do dólar. Obviamente, uma empresa que age segundo o interesse privado fará de tudo para retirar esse risco de seu balanço e foi o que fez a Petrobras nos últimos meses. Um governo razoavelmente



Ruas vê com preocupação a queda do refino na Petrobras



inteligente não poderia jamais permitir, entretanto, um canal de transmissão inflacionária tão óbvio. Não podemos esquecer que o Brasil é o país emergente com maior flutuação nas taxas de câmbio. Essa política, que funciona com menor instabilidade em mercados centrais, no Brasil é uma adaptação quase irracional do ponto de vista da gestão econômica.

**CC:** Qual é o problema principal?

**JR:** O ponto principal é que nossa política para preços de derivados é, estruturalmente, um arranjo muito mais complexo que as dos Estados Unidos e da Europa. Os economistas neoliberais pensam em

GERALDO FALCÃO/PETROBRAS

A privatização do refino é um modelo de negócio que desfavorece a lógica do desenvolvimento



modelos setoriais de análise e ajuste da concorrência e desconsideram especificidades locais importantes. Do ponto de vista macroeconômico, da estratégia de desenvolvimento, mas também do próprio funcionamento da concorrência nos postos de revenda, estas especificidades têm de ser consideradas, incluindo arranjos de compensação de choques intensos no mercado cambial.

**CC:** De que modo vê a política de preços de derivados da atual diretoria da Petrobras?

**JR:** Do ponto de vista macroeconômico é um equívoco, pois adiciona um nível de incerteza desnecessário sobre os

***Durante a primeira década dos anos 2000, a política de reajustes não causou prejuízos significativos à Petrobras nem aos consumidores***

custos do setor produtivo e das famílias. Dificulta o planejamento orçamentário e, certamente, retarda o investimento produtivo. Pode levar a situações políticas instáveis quando promove alterações muito intensas nos preços relativos (preços de setores diferentes), incluindo salários. Alguns setores conseguem repassar preços e outros não, como ficou claro nesta crise nacional. Além disso, como a política de metas de inflação é conduzida de maneira insensível aos choques de custo, a dimensão de desequilíbrio entre setores econômicos e trabalhadores é potencializada. Por fim, alterações de preços instantâneas produzem efeitos ruins

## CAPA

para a própria concorrência. Não sabendo mais o patamar real em que é negociado o preço em postos revendedores, o consumidor não tem condições de comparar preços, um dos mecanismos básicos da concorrência.

**CC:** Como analisa a discussão dos economistas sobre o tema?

**JR:** Nas opiniões mais apressadas o problema vem sendo apresentado com “dois lados” e as sugestões são também binárias: ou se mantém o controle sobre os preços e o governo intervém de acordo com seus objetivos, ou os preços operam totalmente livres, como agora. O que não se apontou com clareza é que existe um meio-termo. Pouca gente a conhece, mas a lógica da política de reajuste anterior era muito mais inteligente.

**CC:** O reajuste dos combustíveis era feito de que maneira nos governos anteriores?

**JR:** Os preços de derivados deveriam ser reajustados se houvesse mudanças estruturais no patamar de preços do petróleo. Durante a primeira década de 2000, essa regra foi seguida sem prejuízos para a empresa nem impactos significativos para os consumidores. Oscilações de curto prazo foram absorvidas com pequenos prejuízos ou lucros no setor. Os impactos econômicos foram muito menores do que os atuais, mas também não se afetou o desempenho das empresas a longo prazo. O uso correto dessa sistemática evitou durante um bom período flutuações desorganizadas como as propiciadas pela política de Pedro Parente. Mas, como a formalização de uma regra para identificação de mudanças estruturais de preços nunca ocorreu, abriu-se espaço para o uso dos preços como instrumento sistemático de combate à inflação, o que não considero razoável.

**CC:** Como identificar uma mudança estrutural nos preços?

**JR:** O debate sobre como caracterizar uma mudança estrutural envolve aspectos técnicos e políticos. No primeiro caso é preciso definir uma média móvel a

**Só os analistas conservadores mais rasos afirmam que a Petrobras quebrou no governo anterior. A discussão é bem mais sofisticada do que isso**

partir do comportamento dos preços de determinado período, ou ainda por padrões históricos de oscilação e cenários de médio e longo prazo. Esses modelos indicam claramente o montante e o *timing* de reajuste e criam previsibilidade. Mas é imprescindível considerar também aspectos políticos. Afinal, os preços de energia afetam decisivamente os rumos da economia e, para um país que possui uma empresa estatal do porte da Petrobras, é razoável definir em que medida ela pode contribuir com o manejo de nível de preços, ou não. É possível estabelecer, por exemplo, que preservar seus investimentos é prioritário e que uma cláusula de remarcação extraordinária evite desvios exagerados em relação à média mesmo dentro do período. Ou operar uma regra clara de compartilhamento social dos riscos dessas oscilações com os acionistas. Mas é também imprescindível formalizar o uso de arranjos fiscais de estabilização, como na própria concepção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

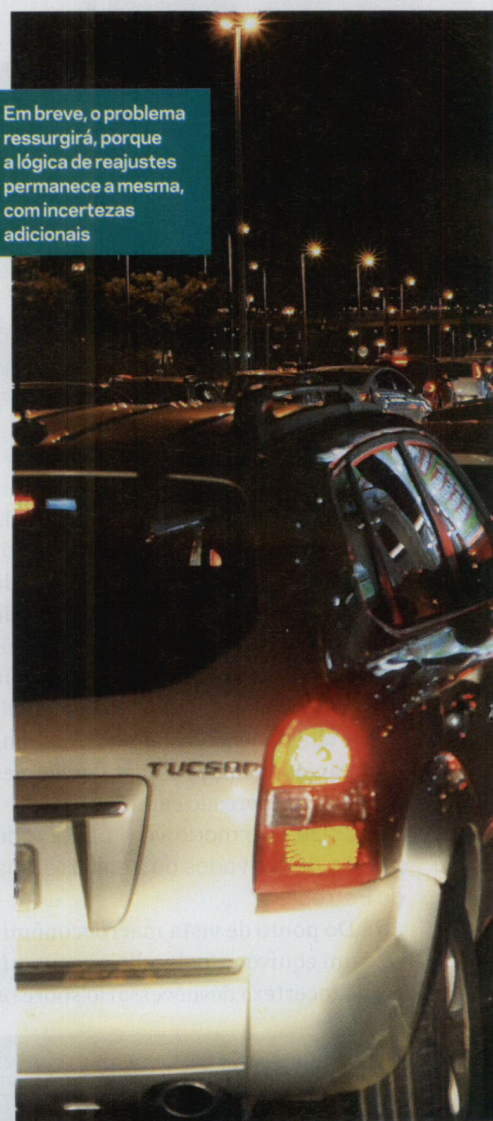
**CC:** Há quem atribua à política de preços anterior um papel importante naquilo que denominam de “quebra” da Petrobras.

**JR:** É uma bobagem dizer que a Petrobras quebrou no governo anterior, como os analistas conservadores mais rasos afirmaram. A discussão é bem mais sofisticada do que isso. Mas é preciso ter clareza de que drenar recursos para evitar o embate político sobre a inflação foi bastante ruim para a estabilidade da empresa e do próprio governo em um segundo momento. Na minha concepção, portanto, o ideal era que se mantivesse a regra anterior, mas com maior clareza e formalização na lógica de ajuste.

**CC:** Há alguma possibilidade de a Petrobras desistir da atual política de preços?

**JR:** Aparentemente, ela já foi modificada pelo próprio governo, que optou

Em breve, o problema ressurgirá, porque a lógica de reajustes permanece a mesma, com incertezas adicionais



por estender os prazos de reajuste. De qualquer modo, optou por preservar ao máximo a ideia da autonomia de decisão da empresa em busca de evitar conflito maior com os acionistas. O mercado não acreditou e derrubou muito o valor das ações. Agora a empresa colhe os resultados da falta de inteligência política da sua atual gestão e do governo. Mais uma vez, como no caso do apagão, pagamos por não compreenderem que os modelos de operação em outros mercados de energia nunca podem ser adotados sem adaptação às nossas especificidades.

**CC:** Como a política de preços se conecta ao papel da Petrobras no processo de desenvolvimento?

**JR:** Penso que a Petrobras é instrumento-chave para organizar o horizonte de investimento privado e estratégias de inovação no País. Para que possa operar dessa maneira, sua capacidade de manter a robustez financeira de longo prazo é crucial. Também é importante que opere de maneira integrada, não só como produtora de petróleo, mas enquanto *player* em outros segmentos da cadeia. Grandes petroleiras operam em refino porque assim possuem renda estável a longo prazo. Por isso não é razoável que este segmento tenha prejuízos duradouros, da mesma forma que não é aceitável uma política de dolarização instantânea como nos últimos meses. Manejada de maneira

correta, a política de suavização de reajustes faz com que a redução de margens em um período nunca seja muito intensa, tampouco o sobrepreço em outros momentos.

**CC:** O preço internacional é, entretanto, uma referência indispensável.

**JR:** A indústria petrolífera é estruturalmente ligada ao preço internacional. Mesmo produzindo quase todo petróleo que consumimos, parte dos investimentos e gastos operacionais ela segue os preços internacionais. Se queremos que a Petrobras continue concorrendo em pé de igualdade no setor, é inevitável que o dólar seja uma referência para a definição de preços. O erro da política atual de reajustes da Petrobras é a remarcação instantânea, uma dolarização. Deve haver, portanto, algum tipo de correlação com o preço do mercado internacional e os locais, mas que seja capaz de evitar instabilidade econômica e social.

**CC:** As políticas de preços dos derivados e de privatização articulam-se de que modo?

**JR:** A privatização ocorre através da venda de ativos, a exemplo de refinarias, mas também com a entrada de novos agentes. Preços de derivados completamente livres garantem a lógica de lucratividade, sem risco cambial, de importadores de derivados. Além disso, indicam que as refinarias da Petrobras deverão ter fluxo de caixa positivo e, portanto, são aquisições atrativas. Além de a privatização do refino ser um modelo de negócio que desfavorece a lógica do nosso desenvolvimento, me preocupa a conjuntura. Informações recentes mostram queda de refino na Petrobras, ampliando sua capacidade ociosa, enquanto agentes privados aumentam a importação de combustíveis. A redução desse fluxo de caixa na área de abastecimento pode, inclusive, diminuir o valor das refinarias a serem vendidas. Isso seria um péssimo negócio para a empresa e o desenvolvimento econômico do País. •

